

RESISTÊNCIA E CAPACITISMO NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS DE IMPLEMENTAR A INCLUSÃO NA PRÁTICA

NATHÁLIA MENESSES GONÇALVES¹;
INDIARA CABREIRA MARQUES²;

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS³:

¹*Universidade Federal de Pelotas – nathaliameneses54@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – cabreira.indiara@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – alinencm@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A Coordenação de Acessibilidade (COACE) atualmente atende 375 estudantes da Graduação e da Pós-Graduação, e o escopo da política abarca pessoas com deficiência (física, sensorial e intelectual), transtorno do espectro autista e altas habilidades e superdotação. A COACE foi criada em 2025, antigamente era conhecida como Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e compõe uma das coordenações da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE). Um dos pilares de combate da nova coordenação vem a ser o capacitismo.

O termo capacitismo pressupõe a exclusão ocorrida por meio de diferentes tratamentos, métodos de comunicação, práticas, barreiras físicas e arquitetônicas que impedem o pleno desempenho da cidadania de pessoas com deficiência. Ademais, o capacitismo representa uma das formas mais frequentes de preconceito. A secretaria nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos humanos e da Cidadania (MDHC), Anna Paula Feminella destaca o capacitismo como um sistema de opressão que classifica os indivíduos pelos tipos de corpos, mas que não se resume a somente isso, dando destaque às pessoas com deficiência intelectual e psicossocial, aquelas que não são oralizadas, sendo as maiores vítimas de violência no Brasil. A secretaria também salienta que às vezes, o capacitismo ocorre quando protegemos de forma excessiva uma criança, não permitindo que ela se desenvolva pelas próprias engenhosidades.

A secretaria também salienta que, às vezes, o capacitismo no ensino superior mostra-se de múltiplas formas e reserva desafios a serem superados, tais como, a falta de acessibilidade em ambientes físicos, materiais de estudo não adaptados, preconceitos e estereótipos que desvalorizam as capacidades das pessoas com deficiência e as impedem de participar plenamente das atividades acadêmicas e não acadêmicas, poucas oportunidades de interação social e convívio com outros estudantes, exigência de um padrão de desempenho tomando como parâmetro um único perfil, desconsiderando as especificidades do sujeito, pouco interesse em aprofundar conhecimentos no campo da inclusão e

indiferença quanto às necessidades específicas de pessoas com deficiência, seja por parte de discentes e servidores.

A relevância deste trabalho está na importância de incentivar servidores e discentes da UFPel a repensarem práticas discriminatórias que são naturalizadas no dia a dia. Além disso, a reflexão tende a provocar mudança de atitude, podendo gerar impacto ao minimizar a evasão e retenção no ensino, outro ponto é de suscitar reflexão sobre os direitos garantidos por lei à pessoa com deficiência e, principalmente, pensar na consolidação de coletivos PCD na instituição, dando voz a estudantes com deficiência, afinal, a universidade é realmente acessível ou apenas formalmente inclusiva?

Diante deste cenário, o presente estudo tem como objetivo salientar estes desafios e ressaltar seus impactos para compreender como o capacitismo compromete a inclusão e a equidade no ensino superior.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

A ação realizada teve como foco levantar dados através de formulário disponibilizado no Google Forms para dois grupos ligados com a promoção de inclusão da UFPEL; os estudantes com deficiência atendidos pelo setor e os profissionais de apoio pedagógico (tutores e orientadoras da COACE) que atuam no suporte e na permanência desses alunos. A escuta dos envolvidos visou compreender os obstáculos enfrentados, a presença e/ou ausência de práticas inclusivas, e os impactos emocionais e institucionais das vivências capacitistas no cotidiano acadêmico. O objetivo foi levantar informações sobre as barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades no ambiente universitário, com base em suas vivências e nas percepções das profissionais que as acompanham. Entendemos que identificar os desafios (pedagógicos, comunicacionais, físicos e institucionais) que dificultam a permanência e a inclusão efetiva desses alunos poderão levar a novas políticas de inclusão.

O conteúdo dos formulários foi baseado em aspectos recorrentes nas discussões sobre inclusão no ensino superior, tais como: Barreiras pedagógicas e institucionais, acessibilidade em materiais e avaliações, falta de preparo docente, estigmas e invisibilidade na participação dos estudantes em espaços decisórios.

Dois formulários anônimos e distintos foram elaborados, um voltado aos estudantes e outro aos profissionais. Ambos contaram com perguntas fechadas (múltipla escolha, escala de 1 a 10) para quantificar percepções, perguntas abertas opcionais para permitir relatos espontâneos ao mesmo tempo preservando a voz dos entrevistados, linguagem neutra e acessível, evitando qualquer tom inquisidor ou julgamento direto, redação adaptada para facilitar a compreensão de estudantes com deficiência intelectual, autismo e outras condições psicossociais. A divulgação dos formulários ocorreu por meio de canais institucionais com encaminhamento direto a estudantes vinculados ao apoio pedagógico e aos tutores e coordenadores. A plataforma escolhida para a

aplicação foi o Google Forms, configurada para não coletar e-mails, nem identificar o respondente, dividir o formulário em seções específicas conforme o perfil do participante e manter a navegação simples e acessível.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas a partir dos formulários aplicados junto a estudantes da Universidade Federal de Pelotas vinculados à COACE e a tutores/psicopedagogas, obtiveram 13 respostas de alunos vinculados à COACE e 8 respostas onde 87,5% foram dos tutores e 12,5% das psicopedagogas, esses resultados evidenciam avanços e desafios ainda persistentes no processo de inclusão no ensino superior. Do ponto de vista discente, observa-se que a frequência das adaptações pedagógicas é irregular: a maioria relata que estas ocorrem apenas “às vezes”, o que sugere a necessidade de maior sistematização institucional. Além disso, embora o apoio dos tutores seja avaliado como positivo por parte dos participantes, há uma parcela significativa que afirma não perceber benefícios diretos com o acompanhamento dos tutores, o que talvez demonstre uma certa necessidade de aprofundamento à realidade de cada estudante.

No que tange à percepção de pertencimento, os resultados indicam que muitos alunos se sentem incluídos, ainda que de forma parcial. O fato de a maioria relatar que suas necessidades são compreendidas apenas “em parte” e que as experiências de preconceito aparecem em proporção semelhante às de não ocorrência reforça a existência de barreiras atitudinais e estruturais no ambiente acadêmico.

Sob a ótica dos tutores e orientadoras da COACE, a realidade apresentada confirma tais fragilidades: predominam os relatos de que ajustes pedagógicos deixam de ser efetivados, de que obstáculos dificultam a prática inclusiva e de que ainda não há canais claros e eficazes para lidar com o capacitismo institucional. A escuta frequente de frases que minimizam o direito à inclusão demonstra que o preconceito persiste como um elemento limitador do processo educativo. Ademais, a percepção de que apenas parte dos profissionais comprehende seu papel na inclusão sugere uma lacuna significativa de formação continuada e de responsabilização coletiva.

Esses resultados têm implicações relevantes para o debate acadêmico mais amplo sobre inclusão no ensino superior. Evidenciam a tensão entre avanços normativos e práticas ainda desiguais, indicando que a inclusão plena depende não apenas da existência de setores especializados, mas da articulação intersetorial e do engajamento de toda a comunidade universitária.

O processo de investigação também revelou desafios metodológicos, como a dificuldade de engajar respondentes e a limitação das respostas abertas, mas proporcionou aprendizagens significativas. Entre elas, destaca-se a necessidade de formular instrumentos de coleta mais específicos e de ampliar o diálogo entre estudantes e profissionais como forma de qualificar a análise.

Por fim, o estudo demonstra que a inclusão no ensino superior é um processo em construção, marcado por avanços, mas também por desafios persistentes. A irregularidade das adaptações pedagógicas, somada à percepção de pertencimento apenas parcial, evidencia a necessidade de fortalecer políticas institucionais e práticas pedagógicas mais consistentes. A permanência de barreiras atitudinais e do capacitismo reforça a urgência de investir em formação continuada e em estratégias que promovam a responsabilidade coletiva.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Capacitismo: o que é, como combater e por que é tão importante falar sobre o tema. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 11 jan. 2024. Online. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/capacitismo-o-que-e-como-combater-e-por-que-e-tao-importante-falar-sobre-o-tema> Acessado em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 12 jun. 2025.

UNIVERSIDADES avançam na inclusão de pessoas com deficiência, mas ainda há barreiras. GZH, Porto Alegre, 2024. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2024/03/universidades-avancam-na-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-mas-ainda-ha-barreiras-clt33nc700am014ar3m90lc8.html> Acesso em: 12 jun. 2025.